



Simulados Especiais

MP CE

**Analista Ministerial
Direito - Pós-Edital**

Simulado

Simulado MP-CE (Analista Ministerial - Direito)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Ministerial - Direito do MP-CE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/eo1M65XvmU6aoSXz6>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/bPUa>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO I**

O estilo de jogo e as celebrações dos torcedores são publicamente reconhecidos no Brasil como traços nacionais. Em um plano, temos o tão celebrado “futebol-arte” glorificado como a forma genuína de nosso suposto estilo de jogo, e o entusiasmo e os diversos modos de torcer como características típicas de ser brasileiro. Mas, no plano organizacional, não enaltecemos determinados aspectos, uma vez que eles falam de algo indesejado na resolução de obstáculos da vida cotidiana. Nesse sentido, tais traços do famoso “jeitinho” brasileiro não são considerados como representativos do Brasil que idealizamos.

Repetido diversas vezes e vendido para o exterior como uma das imagens que melhor retrata o nosso país, o epíteto “Brasil: país do futebol” merece uma investigação mais cuidadosa. Essa ideia foi uma “construção” histórica que teve um papel importante na formação da nossa identidade. Internamente a utilizamos, quase sempre, com um viés positivo, como uma maneira de nos sentirmos membros de uma nação singular, mais alegre. Não negamos a sua força nem sua eficácia simbólica, mas começamos a questionar o papel dessa representação na virada do século, bem como a atual intensidade de seu impacto no cotidiano brasileiro.

A Copa do Mundo possui uma estrutura narrativa que estimula os nacionalismos. O encanto da competição encontra-se justamente no fato de “fingirmos” acreditar que as nações estão representadas por 11 jogadores. O futebol não é a nação, mas a crença de que ele o é move as paixões durante um Mundial. Mas, ao compararmos a situação atual com a carga emocional de 1950 e 1970, especulamos sobre a possibilidade de estarmos assistindo a um declínio do interesse pelo futebol como emblema da nação.

O jogador que veste a camisa nacional também representa clubes da Europa, além de empresas multinacionais. As marcas empresariais estão amalgamadas com o fenômeno esportivo. As camisas e os produtos associados a ele são vendidos em todas as

partes do mundo. Esse processo de desterritorialização do ídolo e do futebol cria um novo processo de identidade cultural. Ao se enaltecer o futebol como um produto a ser consumido em um mercado de entretenimento cada vez mais diversificado, sem um projeto que o articule a instâncias mais inclusivas, o que se consegue é esgarçar cada vez mais o vínculo estabelecido em décadas passadas.

Se o futebol foi um dos fatores primordiais de integração nacional, sendo a seleção motivo de orgulho e identificação para os brasileiros, qual seria o seu papel no século 21? Continuar resgatando sentimentos nacionalistas por meio das atuações da seleção ou estimulá-los despertando a população para um olhar mais crítico sobre o papel desse esporte na vida do país?

HELAL, R. *Ciência Hoje*, n. 314. Rio de Janeiro: SBPC e Instituto Ciência Hoje. Maio de 2014. p. 18-23. Adaptado.

No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens.

1. No texto, predomina o tipo dissertativo-expositivo.
2. Depreende-se das informações do texto que a atração pelo futebol como símbolo nacional tem diminuído nos últimos anos.
3. De acordo com o texto, o Brasil é o único país do mundo no qual o futebol teve um papel relevante na formação da identidade nacional.
4. A Copa do Mundo é estruturada de maneira a fomentar os nacionalismos.
5. No primeiro parágrafo, há uma exaltação ao “jeitinho brasileiro” como traço nacional.
6. O quarto parágrafo funciona como uma explicação para o que se diz no final do terceiro parágrafo
7. O emprego das vírgulas no trecho do primeiro parágrafo “Mas, no plano organizacional, não enaltecemos determinados aspectos” é facultativo.

8. No primeiro período do último parágrafo, o pronome “seu”, no trecho “qual seria o seu papel no século 21?”, refere-se a “brasileiros”.
9. Seria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal “cria”, no trecho do 4º parágrafo “Esse processo de desterritorialização do ídolo e do futebol cria um novo processo de identidade cultural”, fosse substituída por “criam”.
10. O sentido da palavra “epíteto” (segundo parágrafo) é o mesmo de “alcunha”.
11. A substituição do termo “clubes da Europa” (4º parágrafo) por “clubes europeus” manteria a correção e os sentidos originais do texto.
12. Seria mantida a correção gramatical e os sentidos do texto, caso o pronome relativo “que”, no trecho “Essa ideia foi uma ‘construção’ histórica que teve um papel importante na formação da nossa identidade” (2º parágrafo), fosse substituído por “a qual”.
13. A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos se a preposição “em”, no trecho do 4º parágrafo, “consumido em um mercado de entretenimento”, fosse substituída por “por”.
14. No trecho “começamos a questionar o papel” (segundo parágrafo), a inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” seria gramaticalmente incorreta.
15. No trecho “Ao se enaltecer o futebol” (quarto parágrafo), a colocação enclítica do pronome “se” prejudicaria a correção gramatical do texto.
16. A correção gramatical, a coerência e os sentidos originais do terceiro parágrafo seriam mantidos se os dois primeiros períodos fossem unidos por meio da conjunção “no entanto”, feitas as devidas alterações de pontuação e de maiúsculas e minúsculas.
17. No último período do texto, no trecho “um olhar mais crítico”, o vocábulo “mais” intensifica o sentido do adjetivo “crítico”.
18. Os vocábulo “características” e “típicas”, no primeiro parágrafo, são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
19. O segundo período do quarto parágrafo poderia ser reescrito, com manutenção dos sentidos originais e da correção do texto, da seguinte forma: As marcas corporativas estão intrinsecamente ligadas ao fato do esporte.
20. Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso se substituísse o segmento “Brasil que idealizamos” (primeiro parágrafo) por “Brasil que temos idealizado”
- LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO
APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO
(CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ)**
- Rodrigo Francelino*
21. Segundo a Constituição do estado do Ceará no processo legislativo cabe a iniciativa de leis ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em matérias de sua competência privativa, previstas nesta Constituição

22. Conforme a Constituição do estado do Ceará o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis e tem como princípios a unidade, a indivisibilidade e a hierarquia funcional.

23. Conforme a Constituição do estado do Ceará será assegurado aos membros do Ministério Público a vitaliciedade, após três anos de exercício, a inamovibilidade, e a irredutibilidade de subsídios, observado, quanto à remuneração, o disposto na Constituição Federal.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO (LEI Nº 9.826/1974 E SUAS ALTERAÇÕES (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO), LEI COMPLEMENTAR Nº 72/2008 E SUAS ALTERAÇÕES (LEI ORGÂNICA E ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ), LEI Nº 8.625/1993 (LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) E LEI Nº 14.043/2007 E ALTERAÇÕES (PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ))

Tiago Zanolla

24. O princípio da unidade garante que todos os membros do Ministério Público do Brasil sejam subordinados ao Procurador-Geral da República, independentemente de sua esfera de atuação.

25. A autonomia administrativa do Ministério Público permite que a instituição se autogoverne, incluindo a iniciativa de propor a criação e extinção de cargos, mas a decisão final cabe ao Poder Legislativo.

26. O Ministério Público é uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado. Seu papel é atuar como defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. No entanto, sua essencialidade não se estende a todas as funções do Estado Democrático de Direito, mas especificamente à função jurisdicional.

27. Consoante a Lei Complementar n. 72/2008, a Ouvidoria Geral do Ministério Público é um órgão de Execução.

28. João era servidor público estável e foi demitido injustamente após um processo administrativo disciplinar. Após recorrer na Justiça, obteve decisão favorável determinando sua reintegração ao serviço público. No entanto, ao buscar reassumir seu cargo, foi informado de que o cargo havia sido extinto.

Com base no Estatuto dos Servidores, João não poderá ser reintegrado, pois seu cargo foi extinto, impossibilitando seu retorno ao serviço público.

29. O funcionário não poderá recusar a inspeção médica determinada pela autoridade competente, sob pena de repreensão.

30. Conforme a Lei n. 14.043/2007, a avaliação de desenvolvimento funcional é o monitoramento sistemático e contínuo, sob vários aspectos, da atuação individual e institucional, para obter informações, a partir dos resultados apresentados, a fim de subsidiar o processo decisório e o gerenciamento da atuação de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Ceará, buscando o aperfeiçoamento na prestação de serviços externos e internos, identificando potenciais, otimizando o desenvolvimento profissional, bem como auxiliando a condução dos trabalhos das equipes e servindo como insumo para o desenvolvimento dos servidores nas carreiras.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO (ÉTICA E MORAL)*Tiago Zanolla*

31. A ética no serviço público consiste apenas no cumprimento das leis e normas estabelecidas, não sendo necessário avaliar a moralidade das ações.
32. A ética se aplica apenas à vida pessoal dos indivíduos, não tendo influência sobre a administração pública ou as relações profissionais.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO (LEI Nº 8.429/1992 E SUAS ALTERAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS E ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA)*Rodrigo Bet*

33. Para a configuração de ato de improbidade administrativa nos termos da Lei nº 8.429/1992, é indispensável a comprovação de dolo por parte do agente, não sendo suficiente a mera voluntariedade da conduta.
34. A Lei nº 8.429/1992 classifica os atos de improbidade administrativa em três categorias: aqueles que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.
35. Nos termos da Lei nº 8.429/92, o prazo prescricional para a aplicação das sanções por ato de improbidade administrativa é de 5 anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência da conduta ilícita.

RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

Considerando os conectivos lógicos usuais, que as letras maiúsculas representam proposições lógicas e que o símbolo \sim representa a negação de uma proposição, julgue os itens a seguir

36. A proposição composta $(\sim A) \Rightarrow (B \Leftrightarrow C)$ é equivalente a $((\sim B) \Leftrightarrow (\sim C)) \Rightarrow A$.
37. Considere as seguintes três primeiras colunas da tabela-verdade da proposição composta $(P \vee (\sim Q)) \Rightarrow (\sim R)$.

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

A partir dessas informações, a última coluna da tabela-verdade de $(P \vee (\sim Q)) \Rightarrow (\sim R)$ apresenta valores V ou F, de cima para baixo, na seguinte sequência: F-V-F-V-V-F-V.

Julgue os itens a seguir relativos a problemas aritméticos.

38. Suponha que, do total de servidores do MP CE, 30% não têm habilidades com cálculos e, do restante, 40% não têm diploma de bacharel em direito. Nesse caso, a quantidade de servidores que têm diploma de bacharel em direito e habilidades com cálculos é superior a 40% do total.

39. Suponha que a razão entre a quantidade de servidores homens e mulheres do MP CE era igual a $\frac{3}{5}$ e que, após a posse de 45 novos servidores, essa razão passou a ser $\frac{8}{11}$. Considerando-se que $\frac{2}{3}$ dos novos servidores são homens e os demais são mulheres, é correto afirmar que a quantidade total de servidores, após a posse, passou a ser superior a 280.

40. Suponha que o MP CE recebeu 42 novos servidores que serão distribuídos em três subprocuradorias em partes diretamente proporcionais a $\frac{1}{3}$, $\frac{1}{5}$ e $\frac{1}{6}$. Nesse caso, a menor quantidade de servidores que uma subprocuradoria recebeu foi inferior a 10.

O servidor Procurêncio realizará o cadastro de uma senha em um sistema do MP CE. A senha deve ser composta por seis caracteres, podendo ser algarismos (de 0 a 9) ou letras, que podem ser maiúsculas ou minúsculas. Considerando-se que o alfabeto é composto por 26 letras e que letras maiúsculas e minúsculas são consideradas como caracteres diferentes, julgue os itens a seguir.

41. O número de senhas que podem ser cadastradas, considerando-se que não pode haver caracteres repetidos, é $62! \div 56!$.

42. Admitindo-se a repetição de caracteres e considerando-se que é necessário que a senha tenha 3 algarismos e 3 letras, o número de senhas que podem ser cadastradas é $10^3 \cdot 52^3 \cdot (6! \div 3!)$.

44. O planejamento tático é intermediário entre o planejamento estratégico e o planejamento operacional, traduzindo os objetivos estratégicos em metas para departamentos ou áreas específicas.

45. A função de direção no processo organizacional é responsável por definir os recursos financeiros, materiais e humanos necessários para alcançar os objetivos organizacionais.

46. As novas lideranças no setor público devem promover inovação, adaptabilidade e o uso de dados para a tomada de decisões estratégicas.

47. Na gestão de projetos, o escopo deve ser flexível durante a execução, para que mudanças possam ser facilmente incorporadas.

48. O controle gerencial consiste apenas em verificar se os resultados alcançados correspondem aos objetivos planejados.

49. A departamentalização por processos é uma forma de organizar atividades com base nas etapas de produção ou prestação de serviços.

50. O planejamento estratégico define objetivos de longo prazo e orienta a organização em relação às mudanças no ambiente externo.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

43. A estrutura organizacional funcional é adequada para organizações que necessitam de alta especialização em suas atividades.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Fabiano Pereira*

51. Sobre a organização da administração pública, julgue o item a seguir.

A criação de empresas estatais é uma forma de descentralização administrativa, que envolve a criação de pessoas jurídicas com atribuições definidas por lei e por seus atos constitutivos.

52. Sobre a organização da administração pública, julgue o item a seguir.

Se uma autarquia obtém receitas próprias em quantidade suficiente para cobrir todas as despesas e investimentos do ente, ela ainda está sujeita aos princípios e regras que regem a Administração Pública, como a impenhorabilidade de seus bens, a exigência de autorização legislativa para a alienação de bens imóveis e a realização de concurso público para a admissão de servidores, exceto para comissionados.

53. Sobre os atos administrativos, julgue o item subsequente.

A imperatividade dos atos administrativos impõe sua obrigatoriedade aos destinatários, como atributo para garantir o interesse público, que é a finalidade de toda a atuação da Administração pública.

54. Sobre os atos administrativos, julgue o item subsequente.

Os atos que apresentam vícios no elemento forma devem ser, necessariamente, anulados.

55. Acerca dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

A regra da aposentadoria compulsória por idade aplica-se também aos servidores públicos que ocupem exclusivamente cargo em comissão, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

56. A respeito dos poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

São exemplos, respectivamente, do uso do poder regulamentar e do poder de polícia, quando o agente público municipal competente edita decreto contendo normas gerais que complementam uma lei ordinária municipal em determinada matéria; e procede à apreensão de produtos impróprios para consumo em um mercado privado.

57. De acordo com a Lei de Licitações nº 14.133/2021, julgue o item a seguir.

O leilão é uma modalidade de licitação e será antecedido pela publicação do edital em um site oficial, que incluirá os nomes dos antigos proprietários dos bens e o motivo pelo qual estão sendo leiloados.

58. No que diz respeito ao Controle da Administração Pública, julgue o item a seguir.

O controle externo pelo Poder Judiciário, em relação aos atos praticados pelo Poder Executivo, limita-se à análise da legalidade dos atos, uma vez que, em regra, ao Poder Judiciário é vedado analisar o mérito dos atos administrativos.

59. Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

A ação regressiva da Administração contra o agente causador direto do dano se estende aos herdeiros e sucessores do servidor culpado, podendo ser instaurada mesmo após a cessação do exercício no cargo ou na função.

60. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, julgue o item a seguir.

É permitida a celebração de acordo de não persecução cível nas ações principais de improbidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

61. O sistema republicano de governo está gravado expressamente na Constituição como cláusula pétrea.

62. É privativa de brasileiro nato o cargo de Procurador-Geral da República.

63. À luz da jurisprudência do STF, é constitucional lei estadual que atribui porte de arma aos procuradores dos Estados.

64. Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal têm legitimidade para propor e atuar em recursos e meios de impugnação de decisões judiciais em trâmite no STF e no STJ, oriundos de processos de sua atribuição, sem prejuízo da atuação do Ministério Público Federal.

65. O Ministério Público está legitimado a promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo de natureza disponível, quando a lesão a tais direitos, visualizada em seu conjunto, em forma coletiva e impessoal, transcender a esfera de interesses puramente particulares, passando a comprometer relevantes interesses sociais.

66. O Conselho Nacional de Justiça, embora possua poderes correicionais, não pode aplicar penalidades aos membros do Poder Judiciário.

67. É assegurada à advocacia pública a mesma autonomia institucional da Defensoria Pública.

68. É constitucional a previsão legal de equiparação de subsídios entre os membros do Ministério Público de Contas e os membros do Ministério Público Estadual.

69. Os membros do Ministério Público integram um só órgão sob a direção única de um só Procurador-Geral, ressalvando-se, porém, que só existem unidade e indivisibilidade dentro de cada Ministério Público, inexistindo qualquer relação de hierarquia entre o Ministério Público Federal e os dos Estados, entre o de um Estado e o de outro, ou entre os diversos ramos do Ministério Público da União.

70. Compete ao Ministério Público promover o controle externo da atividade policial, sem prejuízo do poder de requisitar a instauração de inquérito policial.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

- 71.** Testemunhas de Jeová, quando maiores e capazes, podem recusar procedimento médico que envolva transfusão sanguínea, com base nos direitos fundamentais à autonomia individual e à liberdade religiosa.
- 72.** Empreendimentos de economia solidária são classificados pelo Código Civil como pessoas jurídicas de direito privado.
- 73.** O domicílio do marítimo é a sede do comando a que se encontrar subordinado.
- 74.** Bens dominicais podem ser objeto de usucapião.
- 75.** O contrato considera-se celebrado no lugar onde foi proposto.
- 76.** Preempção é a cláusula pela qual o vendedor reserva-se o direito de recobrar a coisa vendida no prazo máximo de 3 anos, reembolsando o comprador.
- 77.** A indenização pela publicação não autorizada da imagem da pessoa com fins econômicos ou comerciais depende da efetiva demonstração de prejuízo.
- 78.** O irmão do cônjuge incapaz pode propor, em nome deste, a ação de divórcio.
- 79.** Pessoa com deficiência mental não pode ser submetida à curatela, e sim à tomada de decisão apoiada.

- 80.** A adoção é vedada entre ascendentes, irmãos e colaterais até o terceiro grau do adotando.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

- 81.** Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue o item que se segue.

O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviço público.

- 82.** Diante de uma denúncia de irregularidade em reajuste de mensalidades escolares na cidade de Caucaia – CE, o promotor responsável instaurou inquérito civil para apuração. Considerando o caso narrado, a lei 7.347/1985 e os entendimentos dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir.

As provas colhidas em inquérito civil têm valor probatório relativo, podendo o magistrado valer-se de suas informações para formar ou reforçar sua convicção, desde que não colidam com provas de hierarquia superior, como aquelas colhidas sob as garantias do contraditório.

- 83.** Diante de uma denúncia de irregularidade em reajuste de mensalidades escolares na cidade de Caucaia – CE, o promotor responsável instaurou inquérito civil para apuração. Considerando o caso narrado, a lei 7.347/1985 e os entendimentos dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir.

Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o independentemente de fundamentação.

84. Diante de uma denúncia de irregularidade em reajuste de mensalidades escolares na cidade de Caucaia – CE, o promotor responsável instaurou inquérito civil para apuração. Considerando o caso narrado, a lei 7.347/1985 e os entendimentos dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir.

O Ministério Público não possui legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.

85. Em relação à disciplina do Ministério Público no âmbito do Código de Processo Civil, julgue o seguinte item.

A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

86. Considerando o disposto na Resolução nº 036/2016 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, julgue o item que se segue.

É vedada a atuação conjunta de distintos órgãos de execução para a instauração e consunção do inquérito civil, ainda que mediante designação específica do Procurador-Geral de Justiça.

87. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue o item que se segue.

Ainda que a parte ré seja vitoriosa com o reconhecimento da decadência do direito, persiste seu interesse na adequação do valor da causa.

88. Em relação ao procedimento tutela de urgência, julgue o item que se segue.

A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada, dentre outros meios, arrolamento de bens.

89. Considerando o disposto nas normas fundamentais do processo civil, julgue o item a seguir.

Os juízes e os tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

90. Em relação aos recursos, julgue o item que se segue.

O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

Texto-base para os itens 91 a 93:

Situação hipotética: Guilherme, reincidente, e Pablo, primário, ambos maiores e capazes, foram denunciados pelo MPCE em razão do roubo a um caminhão de uma empresa de transportes, praticado com emprego de arma de fogo de uso restrito. No curso do processo, o motorista do caminhão foi ouvido, tendo afirmado que temeu por sua vida, ante a arma apontada para sua cabeça. Guilherme confessou o crime, tal como narrado pela acusação, mas alegou que a arma utilizada no crime era uma “arma de brinquedo”. Todavia, a arma não foi apreendida e não pode ser periciada. Pablo permaneceu em silêncio durante todo o seu interrogatório.

Atento ao caso narrado, julgue os itens a seguir:

91. Assertiva: Guilherme e Pablo praticaram crime de roubo, com aumento de pena de dois terços em razão do emprego de arma de fogo.

92. Assertiva: a confissão espontânea de Guilherme funcionará como atenuante genérica, mas o Juiz deverá compensá-la com a agravante da reincidência.

93. Assertiva: a apreensão e perícia da arma são dispensáveis para o reconhecimento da majorante relativa ao emprego da arma, cabendo à defesa a comprovação da alegação de se tratar de simulacro de arma de fogo.

94. Acerca da extinção da punibilidade, julgue o item a seguir:

O termo *a quo* do prazo de prescrição da pretensão executória é a data do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação, e não a data do trânsito em julgado para ambas as partes.

95. Acerca da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item a seguir:

A superveniência de nova lei penal abolutiva implica extinção da punibilidade, fazendo cessar a execução da pena e todos os efeitos secundários da condenação.

96. Acerca dos crimes contra a dignidade sexual, julgue o item a seguir:

Situação hipotética: Thomas, 21 anos, encantado com a beleza de sua vizinha Carla, 17 anos, ofereceu a esta a quantia de R\$ 1.000,00 para que mantivessem relação sexual. Carla aceitou a proposta, recebeu o dinheiro e manteve com Thomas relação sexual consentida, consistente em conjunção carnal e outros atos libidinosos. O fato, porém, acabou descoberto por Timóteo, pai de Carla, que procurou a delegacia. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Thomas configura fato atípico, pois Carla não é menor de 14 anos ou vulnerável por alguma outra razão.

97. Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

A configuração do crime de corrupção ativa independe da aceitação da vantagem pelo funcionário público ou de eventual infração de dever funcional por parte deste.

98. Sobre os crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

É possível a aplicação do princípio da insignificância ao contrabando de cigarros, quando a quantidade apreendida não ultrapassar 1.000 (mil) maços, seja pela diminuta reprovabilidade da conduta, seja pela necessidade de se dar efetividade à repressão ao contrabando de vulto, excetuada a hipótese de reiteração da conduta.

99. Acerca do crime, julgue o item a seguir:

A prática de determinada conduta sob coação moral ou física, desde que irresistível, configura causa de exclusão da culpabilidade, por inexigibilidade de conduta diversa.

100. Sobre os crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir:

Para a incidência da majorante do repouso noturno no crime de furto, são irrelevantes os fatos das vítimas estarem ou não dormindo no momento do crime, ou o local de sua ocorrência, em estabelecimento comercial, via pública, residência desabitada ou em veículos, bastando que o furto ocorra, obrigatoriamente, à noite e em situação de repouso.

LEGISLAÇÃO PENAL*Antônio Pequeno*

A Lei nº 12.850/2013, é a que trata da Organização Criminosa. Diante do exposto, julgue o item abaixo:

101. O crime de Organização Criminosa, previsto no art.2º da Lei Nº 12850/2013, é um crime de concurso necessário.

102. A respeito da Lei Maria da Penha (Lei nº 11340/2006), julgue o item abaixo:

A violência moral é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

103. Analise a seguinte situação hipotética: Irene, sem justo motivo, durante discussão familiar com seu esposo na residência de ambos, foi vítima de violência física, moral e psicológica. Como consequência ao ocorrido, fez-se necessário o afastamento de Irene do seu local de trabalho.

Nesse caso, em conformidade aos dispositivos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), o juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista por até seis meses.

Segundo a Lei nº 8.072/1990, com suas alterações, julgue os itens de **104 a 105**

104. É crime hediondo o crime de incitação ao crime de genocídio.

105. É crime hediondo o crime de associação criminosa.

106. De acordo com o que dispõem a Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas), julgue o item seguinte.

Quando há prisão em flagrante por venda ilegal de drogas, o juiz, no prazo legal, certificará a regularidade formal do laudo de constatação e determinará a destruição das drogas apreendidas, mantendo guardada amostra necessária à realização do laudo definitivo.

107. Com base na Lei n.º 9.455/1997 (Lei de Tortura) julgue o item a seguir.

O cometimento de crime de tortura quando tiver lesão corporal grave é causa de aumento de pena de um sexto a um terço.

A Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que sofreu profundas alterações com a Lei nº 12.683/12, dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, além da prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesse mesmo diploma legal. Alguns dos bens jurídicos protegidos pelos ilícitos penais previstos na Lei são Estado, coletividade e, de maneira secundária, eventual particular prejudicado

Com base nas previsões da legislação penal supramencionada, é julgue os itens de nº **108 a 110**

108. Aquele que participa de associação em que a atividade apenas secundária é dirigida à prática de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, ainda que tenha conhecimento dessa situação, não será responsabilizado com as penas do crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

109. Em sendo os valores ilícitos ocultados produtos de infrações penais anteriores praticadas por terceiros, não restará configurado o crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores;

110. O crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores não é punível na forma tentada, ou seja, quando não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente;

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

111. Julgue o item a seguir.

No Direito Processual Penal Brasileiro, foi adotado o princípio da aplicação imediata das normas processuais, sem efeito retroativo.

112. Com relação ao Inquérito Policial julgue o item a seguir. Por ter como característica a inquisitorialidade, no inquérito policial é dispensada a ampla defesa e o contraditório, razão pela qual os seus elementos de informação, ainda que documentados, não são disponibilizados ao defensor do investigado.

113. De acordo com o Código de Processo Penal, julgue o item a seguir quanto ao inquérito policial.

Somente o indiciado poderá requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

114. Julgue a situação hipotética a seguir.

Marcos compareceu a uma delegacia de polícia e, munido de diversos documentos, os apresentou à autoridade policial requerendo abertura de inquérito policial em desfavor de Milton, o que foi negado pela autoridade policial. Conforme determinação contida no CPP, Marcos deverá, caso queira prosseguir no feito, dirigir um recurso ao Corregedor do Ministério Público.

115. Julgue os itens a seguir, sobre os exames de corpo de delito e outras perícias previstas no Código de Processo Penal.

Os exames de corpo de delito e outras perícias deverão ser realizados por dois Peritos Criminais Oficiais, idôneos, portadores de diploma de curso superior, mediante compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

116. Julgue o item a seguir.

A acareação é um meio de prova, em que há uma confrontação entre duas ou mais pessoas, exclusivamente entre os acusados, cujos depoimentos foram conflitantes, a fim de que, frente à autoridade competente, esclareçam as divergências apresentadas.

117. Relacionado à liberdade provisória, especificamente no que diz respeito ao instituto da fiança, nos termos do Código de Processo Penal, julgue itens a seguir.

A fiança, que será sempre provisória, consistirá em depósito de dinheiro, pedras, objetos ou metais preciosos, títulos da dívida pública, federal, estadual ou municipal, ou em hipoteca inscrita em primeiro lugar.

118. Julgue o item a seguir.

A prisão em flagrante é modalidade de prisão cautelar, de natureza judicial, realizada, via de regra, no instante em que se desenvolve ou termina de se concluir a infração penal.

119. Julgue o item a seguir acerca da disciplina das prisões e medidas cautelares.

Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.

120. Julgue o item a seguir.

São medidas cautelares diversas da prisão, o comparecimento periódico em juízo ou promotoria, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.

Discursiva

A Responsabilidade Coletiva na Preservação do Meio Ambiente: o Combate às Queimadas e a Preservação da Natureza no Brasil

As queimadas, especialmente na Amazônia e no Cerrado, têm sido uma questão ambiental crítica no Brasil, causando devastação em larga escala. Além de prejudicar a biodiversidade e alterar os ecossistemas, esses incêndios contribuem para o aumento das emissões de gases de efeito estufa e comprometem a saúde das populações locais. Diante desse cenário, surgem debates sobre a responsabilidade tanto do governo quanto da sociedade na preservação da natureza e no combate a essas práticas destrutivas.

Considerando o papel dos governantes na formulação de políticas públicas eficazes, bem como a conscientização e o engajamento da sociedade civil, discuta como a preservação do meio ambiente e o combate às queimadas podem ser mais eficazes no Brasil. Avalie as ações de preservação já adotadas e sugira medidas para um futuro sustentável.

Instruções:

- A discussão deve abordar a responsabilidade dos governantes na criação e implementação de políticas ambientais eficazes.
- Avalie o papel da sociedade na preservação da natureza e no combate às queimadas.
- Proponha soluções para a redução das queimadas e para a preservação dos ecossistemas ameaçados no Brasil.

Desenvolva sua argumentação com base em dados, exemplos e soluções concretas, apresentando uma visão crítica e reflexiva sobre o tema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
